

FELTRAN, Gabriel de Santis
**Fronteiras de Tensão: política
e violência nas periferias
de São Paulo.**
São Paulo. Ed. UNESP.
CEM Cebrap. 2011

Paulo Artur Malvasi¹

As periferias e os setores populares em São Paulo foram tradicionalmente estudados pela literatura sociológica e antropológica dos anos 1970 e 1980 a partir da chave da política dos movimentos sociais urbanos. A partir dos anos 1990 e 2000, entretanto, uma *virada* histórica colocou as mesmas periferias figurando no debate público como *locus* da violência e do crime. Ao se debruçar sobre as dinâmicas do poder nas *margens* do social – dinâmicas que articulam duas categorias – em *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* Gabriel de Santis Feltran inova e avança nos debates ensejados nas periferias da cidade contemporânea. Simultaneamente ao problema do crime e da violência no tecido social das periferias, incluída no texto o autor enfrenta a questão do direito e da cidadania oriunda dos movimentos sociais urbanos. Da tese do doutorado resultou seu presente livro, um estudo vigoroso e original sobre as transformações nas periferias da cidade de São Paulo nas últimas décadas. De fato, é o conjunto que faz sobressair esta obra que, recente no campo de estudos da sociologia e da antropologia urbana, já é referência para quem – no início do século vinte e um – pretenda olhar de forma consistente e atual as “periferias das cidades”.

1 Antropólogo, doutor em Saúde Pública; Docente e Pesquisador do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei (UNIBAN); Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública (LIESP – USP).

Com as bases estabelecidas na etnografia realizada entre os anos de 2005 e 2010, o livro enfoca o contraste entre duas gerações de moradores da região de Sapopemba, zona leste da capital paulista. A primeira geração chegou à periferia nos anos 70, e a segunda geração nasceu ali nos anos 90. Ao contrastar as perspectivas das duas gerações e articulá-las, o estudo revela como o *projeto* (da primeira geração) de ascensão baseado no grupo familiar e no modelo do trabalhador estável tornou-se incerto (para a nova geração), e passou a concorrer com um “*antiprojeto*” (o “mundo do crime”) que propicia renda, possibilidade de consumo e status entre os pares geracionais. Segundo o autor, embora o crescimento numérico dos integrantes do crime seja incontestável e não desprovido de sentido, o processo de expansão do crime tem dimensões politicamente mais importantes.

Na primeira parte do livro, “A expansão do mundo do crime”, Feltran argumenta que, entre os jovens que nasceram e cresceram durante os anos 1990 e 2000 em periferias de São Paulo, o *mundo do crime* já se constituía em um *marco discursivo* em disputa por legitimidade social com outros discursos – como o do trabalho e o da moral familiar operária. O processo analisado por Feltran não se refere apenas ao crescimento das atividades criminais. A primeira dimensão politicamente relevante da expansão do crime, segundo o autor, é interna às periferias: o crescimento do crime como *marco discursivo*, representação social, que posiciona o crime como uma instância de poder nas periferias. A força do argumento está em demonstrar na trajetória dos jovens e de suas famílias que esta expansão é legítima, isto é, o *mundo do crime* já não é mais alheio ao mundo da organização dos bairros. O autor descreve diferentes trajetórias e situações em que o crime é ator que interfere no regimento de conflitos e na resolução de problemas cotidianos; o crime passa a ser também ator de gestão

de populações. Dessa forma, o crime passa a disputar legitimidade com o trabalho, com a família, com a igreja, elementos centrais do projeto de mundo da geração moradora das periferias paulistas nos anos 1970. A segunda dimensão política analisada por Feltran, “de fora para dentro”, estabelece a vinculação do crime com os territórios periféricos da cidade e de seus habitantes; uma figuração presente nos debates públicos que se confunde com a criminalização das periferias e de seus moradores.

No meio da pesquisa de campo, em 2006, Feltran acompanhou um evento dramático – os “ataques do PCC”² – que se tornou exemplar para a caracterização dos efeitos da *expansão do marco discursivo do crime* nos debates públicos. Ele acompanhou com certa proximidade (“de perto”) as reações das pessoas de Sapopemba, e também à distância (“de longe”), via noticiários. Segundo Feltran, a repercussão do *evento* amplificou a “fala do crime” (Caldeira 2000): a imprensa, sobretudo a sensacionalista, deu subsídios para que a “vingança” contra os “bandidos” fosse consumada. Embora inseridos formalmente num regime político fundado sobre a universalidade dos direitos, processa-se uma disputa simbólica em que o direito universal para “bandidos” seria uma afronta à própria democracia. Sob fontes acessadas em sua etnografia, o autor revela que a repressão policial após os “ataques do PCC” se voltou para todos aqueles que se “parecem” com “bandidos”. “Morrem, nesse contexto, não necessariamente quem cometeu os crimes, mas quem tem a mesma idade e cor de pele,

2 Difundido pela imprensa como uma onda de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), o evento ocorrido em maio de 2006 envolveu ataques a prédios públicos e a policiais. O relatório *São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*, maior estudo sobre o tema realizado desde então, aponta a corrupção policial contra membros do grupo como o principal elemento disparador do evento. Em uma semana o número de assassinatos chegou a quatrocentos e noventa e três, sendo a maioria realizada pela polícia militar do Estado de São Paulo

que usam as mesmas roupas ou os mesmos acessórios daqueles identificados publicamente como criminosos, ou seja, os jovens das periferias urbanas” (Feltran 2011: 187). Nestas “fronteiras de tensão”, não apenas os jovens “do crime”, mas, de forma geral, os jovens das *periferias* sofrem por parte das instituições públicas um estranhamento de seus rostos e corpos, de seus modos de comportamento, bem como de seus discursos. Embora a maioria dos jovens busque as alternativas fugazes no mercado de trabalho lícito, e não as atividades ilícitas, a invisibilidade pública facilita a violência contra eles. Nesse contexto, a repressão, o encarceramento e o extermínio dos “bandidos” muitas vezes atingem quem é visto como semelhante.

Na segunda parte do livro, “As margens da política”, o autor retoma o estudo das ações coletivas ao etnografar o CEDECA Sapopemba em suas múltiplas relações. O CEDECA Sapopemba compõe o movimento da infância e da adolescência que, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, empreendeu a luta para a substituição de uma política baseada no paradigma da “situação irregular” por outra baseada no paradigma da “proteção integral”. De acordo com o discurso desse movimento social, as crianças e os adolescentes não seriam mais vistos como “irregulares”, “abandonados”, “desviantes” – mas antes como *sujeitos* cujos direitos estão ameaçados ou violados e que, por conseguinte, devem ser restaurados. A ação estatal se deslocaria, teoricamente, da repressão para a proteção especial. Se na primeira parte do livro Feltran analisou a *expansão do crime*, nesta segunda parte ele analisa o processo que intitulou de *expansão da gestão*.

Para compreender o que autor nomeia de *expansão da gestão*, é importante destacar que o CEDECA Sapopemba era responsável, durante a pesquisa de Feltran, pela execução de medidas socioeducativas no bairro. Segundo o Sistema Nacional de Aten-

dimento Socioeducativo (SINASE), as entidades que fazem o atendimento devem encaminhar os adolescentes para serviços públicos que garantam o direito à cidadania; o atendimento socioeducativo deveria, em sua concepção normativa, permitir ao adolescente o direito a ter direitos, a participação em uma comunidade política organizada em torno da cidadania universal. O estudo da dinâmica concreta do CEDECA empreendida pelo autor revela a tendência de a entidade assumir as atividades-meio (a *gestão*), pois há uma série de condições que permite aos serviços negar o atendimento ao adolescente. Se não tem escolaridade suficiente não pode ser encaminhado ao curso profissionalizante, se possui antecedentes criminais, se ostenta tatuagens, o adolescente vê sua inserção no trabalho formal prejudicada; se ele é viciado em *crack* e não há tratamento disponível no sistema de saúde, o resultado é que a própria entidade terá que fazer alguma coisa. As entidades acabam por expandir a gestão em seu ambiente interno, assumindo necessidades não supridas pela rede de proteção, que tanto pela nossa Carta Magna quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estado deveria garantir. Segundo a análise de Gabriel Feltran, assim como o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – o CEDECA Sapopemba – as entidades responsáveis pelo atendimento socioeducativo assumem atividades que não são inicialmente de sua responsabilidade, ficando o adolescente desta forma enredado em um universo circunscrito sem o “direito a ter direitos”. Quando, entretanto, a organização expande a sua ação para além da gestão, e faz a defesa política dos direitos dos adolescentes contra a violência policial, por exemplo, os membros da organização sofrem perseguição e violência, sendo também criminalizados.

Ao analisar a *expansão do crime* e a *expansão da gestão*, Gabriel Feltran articula as duas pontas de sua discussão sobre política e violência e chega ao argumento político

central de sua tese: nas últimas décadas, a violência social e a violência política, associadas, criaram outra fronteira que separa quem está de um lado e quem está de outro na visão polarizada de “guerra contra o crime”. Os jovens moradores dos bairros de periferias e os movimentos sociais que defendem seus direitos situam-se em uma “fronteira de tensão”. Nesta fronteira, os adolescentes (e de forma geral a população das favelas) não conseguem acessar a esfera dos direitos e são vítimas da violência policial e do crime; os militantes que defendem essa população também passam a ser vítimas de violência.

A discussão proposta por Feltran leva a uma análise complexa da violência no contexto das periferias paulistas: os jovens moradores sofrem cotidianamente tanto a *violência social* – uso da força imanente à *expansão do mundo do crime*, baseada na hierarquização praticada tanto pelos criminosos quanto pela repressão policial – quanto a *violência política* – uso da força dirigida à locução política, voltada para silenciar indivíduos que portam conjuntos de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial. Neste sentido, ambas as violências atuam para deslegitimar as periferias no mundo público. O episódio da repressão aos “ataques do PCC” é exemplar: a violência policial concentrou-se nas periferias de São Paulo; a violência social dirigida aos “bandidos” se expandiu para todos os cidadãos que com eles se pareciam e, além disso, se coadunou com a violência política que expandiu tanto o ódio aos moradores da periferia quanto a sua estigmatização no mundo público. Essa violência brutal que fere os corpos de jovens e os silencia politicamente são transferidas para os relacionamentos cotidianos em periferias e passam a habitar a experiência daqueles que sofreram e ficaram silenciados.

Ao revelar a dinâmica da violência social e política que permeia a vida cotidiana

dos moradores de Sapopemba, *Fronteiras de Tensão* nos leva a reconhecer que a democracia brasileira, além de conviver com a violência criminal, possui um nível importante de violência política. A transição da ditadura militar para a democracia tem se mostrado um processo complexo de mudanças e de continuidades na sociedade brasileira. A violência política não se extinguiu perante a democratização: ela continua existindo sob outra forma nos anos 2000 e se mostra, sobretudo, no conflito social inscrito nas periferias da cidade.

Fronteiras de Tensão preenche uma lacuna importante no debate das ciências sociais sobre os conflitos urbanos. Ao apontar para as novas fronteiras das periferias de São Paulo com o mundo público, este livro de Gabriel Feltran é uma *lufada de ar fresco* no debate sobre os conflitos que emergem nas margens das cidades e do estado. Essa etnografia seminal tem estimulado desdobramentos teóricos e metodológicos significativos para toda uma geração de pesquisadores que estuda o tema, como Daniel Hirata, Karina Biondi, Daniel De Lucca, Adalton Marques, o próprio autor desta resenha, entre outros. O vigor da empreitada iniciada por essa geração de etnógrafos (antropólogos e sociólogos), a disposição de conhecer os interstícios das dinâmicas sociais e políticas das periferias, criou um dos polos mais animados dos debates na área de ciências sociais nos últimos anos. *Fronteiras de Tensão* é a linha divisória entre formulações polarizadas sobre as periferias urbanas e o estudo crítico e criativo das múltiplas passagens existentes nas margens.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo. Ed. UNESP. CEM Cebrap. 2011.

Referências

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.